



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

RESIDÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: O OCULTAMENTO DA MEMÓRIA DA FASE SANATORIAL NA
CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP

Luciano Urizzi (Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP) - contato@lucianourizzi.com.br

Formato em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), pós-graduado em Design Gráfico pelo Centro Universitário SENAC-SP e mestrando em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Professor convida

Residências e resistências: o ocultamento da memória da fase sanatorial na cidade de São José dos Campos, SP

CIDADE, IDENTIDADE E MEMÓRIA COLETIVA

Não é de hoje que o entendimento do conceito de identidade vem sendo estudado pelas ciências sociais e até mesmo pela geografia das cidades. Seja fragmentado, em múltiplas identidades, seja na necessidade da construção de uma identidade única, o indivíduo, mesmo que transite por todas as esferas globais, tem demonstrado a necessidade se situar num espaço físico que o represente. Estes espaços geográficos são determinados por sociedades que constroem identidades coletivas, sociais, dotadas de pertencimento e memórias afetivas. Com relação a estes espaços geográficos constituintes de uma identidade coletiva, Bauman (2000), defende a ideia de um mundo moderno, “onde tudo se move e se desloca, em que nada é certo”, o indivíduo procura fazer parte de uma comunidade que o represente. Acrescenta ainda que o termo identidade “é a palavra do dia”, uma vez que desperta para o fato de ser substituída pelo termo comunidade.

Para estas identidades culturais locais, Pollak (1992) utiliza um conceito proveniente da sociologia, denominado “identidade coletiva”, ou seja, o processo construído a longo prazo, capaz de dar a cada pessoa de determinado grupo, “o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (POLLAK, 1992, p. 207). Verifica-se então, que a partir do sentimento de pertencimento de um determinado espaço geográfico, que a identidade coletiva é construída. Vale ressaltar, que esta construção só é legítima a partir do momento em que esta sociedade de indivíduos compartilha sentimentos e percepções semelhantes. Então, se o território é um espaço para troca de experiências memoráveis – onde as relações são baseadas pelos sentimentos e pelas percepções simbólicas atribuídas aos lugares – podemos entender que a identidade é a uma manifestação social fundamentada pela memória cultural. Para o escritor e historiador italiano Alessandro Portelli (1997), “a memória é um processo ativo de criação de significações”. E mais uma vez, nos recorremos a Pollak (1992) para nos apoiarmos no entendimento de que o trabalho de enquadramento da memória deve “se alimentar do material fornecido pela história”.

Para o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), não existe memória se não existe sociedade. A existência de uma memória individual se dá a partir de uma memória coletiva, ou seja, por meio da interação social e se alinha na memória de outros indivíduos do mesmo grupo. Deste modo, não existe a presença da memória sem a existência das pessoas.

Ainda segundo POLLAK (1992), a memória é um elemento que faz parte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva.

Uma identidade coletiva, passa a ser, portanto, um processo pelo qual as pessoas atribuem a um determinado objeto de estudo, a mesma percepção comum entre a maioria, seja por “meios naturais” ou seja por métodos “estrategicamente planejados”. Entende-se por “meios naturais” uma identidade construída a partir da historicidade de um determinado local, ou seja, fatos marcantes genuinamente reconhecidos pelos seus moradores ou pelos

visitantes. Mas, o que nos interessa neste presente artigo são os métodos “estrategicamente planejados”, que neste caso, são ações que transformam a cidade em produto comercial, uma modalidade de consumo cultural: o consumo do lugar. É nesta perspectiva que o antropólogo brasileiro, José Guilherme Cantor Magnani (2002) analisa a visão de Carlos Vainer: ao enxergar a cidade como se fosse uma empresa competitiva que “disputa” o seu espaço com objetivo de angariar investimentos e/ou força de trabalho, mesmo que seja necessário desconstruir sua história e sua identidade. Sobre esta mercadização das cidades, o autor argumenta:

Pois, se de um lado supõe-se que essas cidades dispõem de uma infraestrutura peculiar – o que termina por equalizá-las –, de outro, é fundamental que cada uma apresente um elemento diferencial, de forma a torná-la competitiva na atração de capitais, de mão-de-obra especializada, na realização de eventos internacionais etc (MAGNANI, 2002, p. 13).

Fortuna (1997) nos auxilia no entendimento do efeito transformador da cidade em produto, sem necessariamente ter uma identidade sólida, fixa: “... um efeito importante contido no processo de destruição criadora das identidades refere-se ao modo como os sujeitos se relacionam, por um lado, com o tempo, e mais concretamente com as suas referências ao passado e à memória quer pessoal quer coletiva, e, por outro com o espaço, imediato ou representado, em que interagem”. Para Hall (2006), quanto mais a vida se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’. Magnani (2002) complementa que se trata de um modelo de planejamento estratégico que utiliza, inclusive, da gentrificação para revitalizar e recuperar espaços considerados degradados, a fim de atrair novos moradores e usuários. É sobre este tema que pretendemos nos debruçar a partir dos próximos textos: na forma como a cidade de São José dos Campos, desconstruiu o seu passado sanitarista em detrimento de uma nova identidade, conectada com os princípios modernistas de uma nova era.

OPACIDADES DA CIDADE. A MEMÓRIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Em seus 253 anos, a cidade de São José dos Campos, situada no interior paulista, já foi aldeia de jesuítas, produtora de algodão e café, estância climática na sua fase sanatorial, atingiu o seu auge como polo industrial e tecnológico, até chegar nos dias atuais como uma cidade orientada como um polo tecnológico.

Localizada no chamado Coneleste paulista, mais precisamente no Vale do Paraíba, com cerca de 97,5 Km de distância da capital do Estado de São Paulo, São José dos Campos, de acordo com dados do IBGE, possui uma área de 1.099,409 Km², sendo que 353,9 Km² correspondem ao perímetro urbano (Figura 1). O censo do IBGE também aponta que, em 2020, o município possui 729.737 habitantes, configurando-se deste modo, como a maior cidade do Vale do Paraíba. Sua relevância também pode ser compreendida por conta da sua

economia, que está entre as 10 maiores do Estado¹, um dos motivos que a tornaram como sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Além disso, pesquisas apontam que São José dos Campos é a cidade mais inovadora do país e também a 6ª melhor para se empreender², aumentando cada vez mais o número de *startups* em seus dois Parques Tecnológicos. Por todos estes motivos que comumente a cidade é reconhecida como “A capital do Vale”.

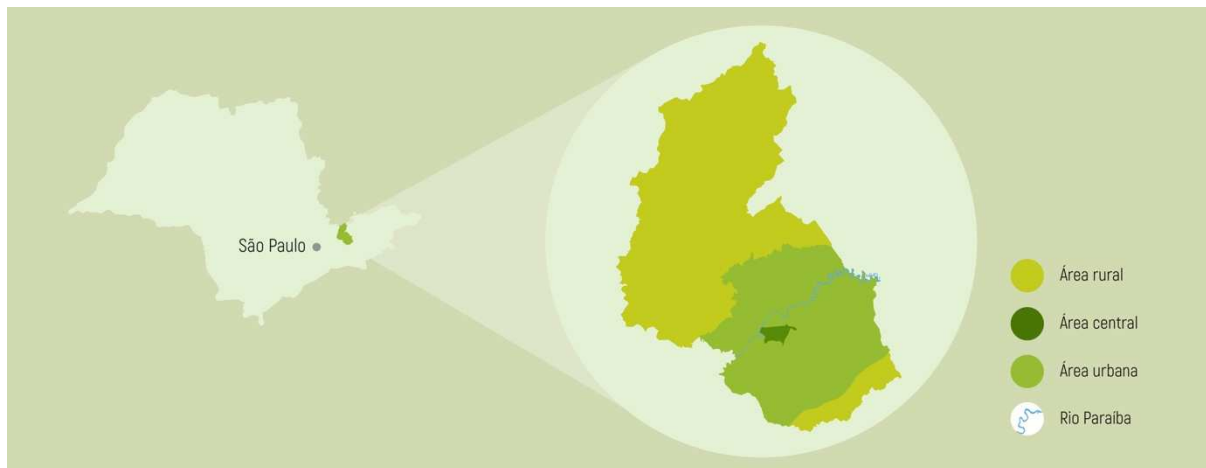


Figura 1: Imagem ilustrativa da localização do município de São José dos Campos, SP.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Elaborado pelo autor.

Para melhor compreensão do desenvolvimento da cidade de São José dos Campos, o escritor Altino Bondesan (1967) dividiu a história da cidade em “quatro tempos”, sendo a primeira fase conhecida como “jesuíta”; a segunda fase, “agrícola”; depois, a terceira fase “sanatorial” e, por fim, a fase “industrial”.

O orgulho de hoje, pela sua referência em inovação e tecnologia, talvez seja uma das razões de que a cidade de São José dos Campos insista em apagar o seu passado, ausente de “brilhanismos heróicos”. Também Alendes & Maciel (2020) defendem este “apagamento”:

Toma-se como hipótese que nesse território, modificado econômica e culturalmente, algumas identidades foram negadas como consequência do imaginário construído com base em interesses econômicos, políticos e sociais. Dessa condição, destacamos a constituição social joseense, originada de processos migratórios internos e internacionais. As imagens de poder advindas da industrialização e da globalização se apresentam como bem-vindas na composição das identidades sociais modernas e ‘cosmopolitas’ (ALENDES; MACIEL, 2020, p. 669).

Tais evidências podem ser observadas logo após a sua primeira fase jesuítica, quando a pequena vila foi elevada à categoria de cidade, em 1864 e observada por De Almeida et al. (2016), quando se refere ao processo de omissão da relevância da ocupação indígena na história na formação social da cidade:

1- O IBGE aponta, em 2017, São José dos Campos como sendo a 8ª maior economia do Estado de São Paulo.

2- Pesquisa realizada pela ENDEAVOR – empresa global que incentiva o empreendedorismo em todo o Brasil.

(...) percebe-se o silenciamento da memória, história e cultura daqueles que foram os primeiros a habitarem a região em estudo. Para adentrarmos aos âmbitos de nossa argumentação, destaca-se a resistência de um passado indígena em forma de fragmentos das culturas tradicionais preservados em poucos costumes (como crenças, alimentação, artesanatos, pesca, caça, festas e habitação) no modo de vida da comunidade ribeirinha Piraquara (distrito de Eugenio de Melo), que ainda habita as margens do Rio Paraíba do sul, dentro dos limites do município joseense (DE ALMEIDA; DUARTE; ZANETTI, 2016, p.1).

Mas é na sua terceira fase “sanatorial”, que evidenciamos maiores manifestações de interesse por parte da elite e do poder público joseense em ocultar o seu passado. É neste ponto que também pretendemos ampliar a nossa discussão. De acordo com De Almeida (2008), a cidade só passou a ser reconhecida nacional e, inclusive, internacionalmente, pelos resultados satisfatórios na cura da tuberculose. “A busca da cidade pelos seus ares milagrosos contra o bacilo de Koch, fez de São José dos Campos a cidade do peito. Na verdade, o grande dote da cidade não estava nos seus campos, mas no seu clima” (DE ALMEIDA, 2008 p. 84).

Um dos fatores que impulsionou o desenvolvimento urbano e econômico da região, foi a passagem da estrada de ferro Central do Brasil, inaugurada em 1877³, ligando o Rio de Janeiro (que na época, ainda era capital do país) a São Paulo (capital da província). Era por meio da antiga estação ferroviária, localizada entre as atuais avenidas Euclides Miragaia e João Guilhermino, que os enfermos de tuberculose e suas famílias desembarcavam em busca da cura da doença. Seguiam em busca de hospedagem pela avenida da Estação (atual João Guilhermino) em sentido ao centro da cidade, que ladeadas por duas fileiras de palmeiras imperiais (plantadas em 1896) indicavam o caminho até a Igreja Matriz. Assim, a economia joseense passou a ser movimentada por uma intensa migração de doentes e profissionais da saúde, que se fixavam na cidade com o objetivo da cura para si mesmos ou para realizar os tratamentos. Entre os médicos vindos para a cidade, podemos citar João Guilhermino, Mário Galvão, Nelson D’Ávila, Rui Dória, Jorge Zarur, João Batista Soares, Amaury Loosada, Maurício Cury, Oswaldo de Toletto, Davi Diamante, entre outros. Assim, os médicos sanitaristas, por meio da mercantilização do clima que cura, se apropriaram do espaço da cidade com um “grande laboratório humano”, que aliados à causa pública, teriam, em São José dos Campos, um inesgotável campo de trabalho.

De acordo com Chuster (2010), dois acontecimentos marcaram definitivamente a história da cidade:

No dia 5 foi inaugurado oficialmente o trecho da estrada de rodagem Rio-São Paulo, entre São José e Cachoeira Paulista e no dia 27 houve a inauguração do Sanatório Vicentina Aranha. A estrada representava a possibilidade de melhorar a economia e o sanatório foi o marco inicial da fase sanatorial. No ano seguinte, em 19/9/1925, deu-se a inauguração da estação ferroviária central (na atual Av. Eng. Sebastião Gualberto). Para viabilizar essa estação três outros fatos marcaram a paisagem urbana: a construção do viaduto sobre a variante da EFCB, a abertura da Av. Dr. Mário Galvão e a desapropriação de terrenos para prolongar a rua Vilaça entre a Rua Sebastião Humel e a Rua Siqueira

3- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. São José em Dados, 2016, p. 9.

Campos. O Viaduto melhorou a ligação do centro com o bairro de Santana e as obras viárias melhoraram a ligação do centro com a estação. Ainda em 1925, Paulo Becker lançou o loteamento Vila Jacy, fazendo a cidade crescer em direção à zona oeste (CHUSTER, 2010, p. 149).

Acerca dos espaços dedicados ao tratamento, De Almeida (1998) argumenta: “Fenômeno singular no Brasil, o doente da fase sanatorial joseense vai ser atraído para o espaço urbano central, espaço que receberá, graças ao capital oriundo da doença e de seus imigrantes, uma atenção maior do poder público, viabilizando e sustentando a modernização da cidade. A arquiteta Tania Bittencourt (1998) também confirma a fixação dos tísicos na região central de São José dos Campos:

Nas pensões, situadas no centro da cidade e ao longo da Avenida dr. João Guilhermino, que ficava o grande contingente de tuberculosos. As pensões são importantes do ponto de vista social e histórico para a memória urbana, pois, além de antecederem os sanatórios, elas integraram, de maneira informal, a estrutura urbana da cidade-sanatório que foi São José dos Campos (BITTENCOURT, 1998 p. 148).

A questão é que com a chegada de cada vez mais doentes, a população “sadia” se preocupava com o possível contágio. Esta evidência pode ser observada em Chuster (2010):

O receio do contágio pelo bacilo de Koch e as conseqüências de uma da tuberculose sempre foram motivos de preocupação da sociedade joseense, especialmente a partir de 1924, com a inauguração do Sanatório Vicentina Aranha. A inauguração desse sanatório é o marco inicial da nossa fase sanatorial, pois a partir dele, vários outros aqui se instalaram. Em 1928 o Vila Samaritana, em 1934 o Ruy Dória, em 1935 o Maria Imaculada, em 1936 o Ezra, em 1941 o Adhemar de Barros, em 1946 o São José e em 1952 o Antoninho da Rocha Marmo (CHUSTER, 2010, p. 145-146).

Assim que chegam na estação ferroviária, os doentes eram obrigados, na maioria das vezes com muito sacrifício, subir as ruas que davam acesso aos sanatórios, hotéis, pensões e até mesmo repúblicas que estrategicamente, eram localizados no centro da cidade. A crescente demanda de leitos adequados ao tratamento da tuberculose e a necessidade de um longo período de convalescença também provocou o uso improvisado de muitas casas de família, isentas da higiene necessária. Muitos forasteiros não encontravam local para se instalar, e em muitos casos, acabavam na mendicância e perambulando pelas ruas. Como consequência, investimentos em imóveis passaram a fazer parte da dinâmica econômica da cidade. Se por um lado, já era observada a prática de aquisição de imóveis urbanos por parte da elite mais abastada⁴, por outro lado, observa-se também o aumento de interessados na aquisição de pensões (muitas vezes clandestinas), uma vez que os sanatórios não conseguiam atender a

4- De Almeida (1998) aponta que a crise constante na economia cafeeira estimulou investimentos em imóveis urbanos: “Uma espécie de crença comum, na época, atravessava a mentalidade dos grupos sociais. Acreditava-se, no início do século XX, que “investir em imóvel neste país é o único investimento verdadeiramente seguro, que jamais, com crise ou plano econômico, vira pó” (DE ALMEIDA, 1998 apud ROLNIK, 1997:25).

grande quantidade de doentes. Além disso, muitos tísicos mais abastados procuravam chácaras nas áreas próximas dos sanatórios, para a sua própria recuperação. Era a exploração da “peste branca”, que na época era a atividade comercial mais lucrativa da cidade.

O uso de espaços residenciais e comerciais para o tratamento da doença causavam muita apreensão por parte dos moradores que, para defender suas famílias do contágio, manifestavam publicamente seu descontentamento e exigiam providências. Chuster (2010) afirma que o receio de contágio por parte dos moradores, provocando assim, problemas de convívio social: “Com a discriminação e a segregação foi naturalmente instituído o *apartheid* da peste branca, tendo como ferramenta geográfica o zoneamento”. E não só dentro da cidade que se percebia uma certa discriminação social, mas também por parte de outras cidades. Segundo De Toledo Cesco (1992), “No Estado de São Paulo, haviam cidades que se referiam à São José dos Campos como um ‘porão’ de doentes, porém nossa cidade mostrava a todos um coração generoso, cheio de esperança...” (DE TOLEDO CESCO, 1992, p. 120). Como consequência dessa discriminação entre os sadios e os doentes, a gestão pública implementou uma nova legislação que separou os espaços de tratamento (clínicas e sanatórios) e indústrias das áreas consideradas nobres e residenciais. De Almeida (1998) também considera que diversas transformações foram feitas na primeira metade do século XX com a finalidade de deixar o espaço da sociedade livre de contágio. “Com esses propósitos, encontrava-se o motivo para afastar o centro das cidades os miseráveis e indigentes moradores”.

De Almeida (1998) acrescenta também que a doença deixou marcas nas edificações da cidade:

Alpendres e varandas passavam a ser espaços exigidos pelas novas determinações habitacionais. Por meio desses espaços, o ar e a luz são capazes de chegar às casas. O espaço privado do lar passou a se constituir em oposição ao espaço da rua. Em São José dos Campos, as residências modernas do final da década de 1920 e início da década de 1930 ditavam o novo estilo de morar, resignificando e privatizando o espaço do lar. A fachada avarandada e a organização interna da casa imprimem o novo significado simbólico do jeito de morar (DE ALMEIDA, 1998 p. 168).

O município arrebanhou grande quantidade de doentes, desde o fim da década de 1800, mas somente em 1935 que São José dos Campos, conseguiu conquistar o título de Estância Climática e Hidromineral. Tal feito, desejado pela elite médica, comerciantes e políticos, conquistou aportes financeiros do Estado, indispensáveis para as melhorias exigidas pela higiene urbana. Nesse período, observa-se no traçado urbano um grande número de quarteirões projetados que posteriormente se transformaram em áreas residenciais da cidade.

Até o final dos anos 1930, o novo traçado urbano defendia um espaço sanitário ideal, mobilizando demolições e desapropriações, rasgando ruas, implantando redes de abastecimento de água e esgoto. Tudo em nome da saúde da cidade. Os investimentos urbanos trouxeram resultados positivos para o município e a repercussão dos ares benéficos para tratamento da tísica surtiram tanto efeito que, por volta de 1940, “(...) São José dos Campos era tratada nacionalmente como a kochlândia (essa denominação faz referência ao bacilo

de Koch, causador da tuberculose) brasileira, último refúgio da esperança” (DE ALMEIDA, 1998 p.162).

À medida em que os tratamentos da tuberculose começaram a ter comprovada eficiência, mais investimentos eram recebidos pelo Governo, que além das melhorias empenhadas nas questões urbanas, também criavam oportunidades para o desenvolvimento industrial. Ainda que nos anos 1920, as primeiras fábricas vinham surgindo timidamente, até que já no fim da década de 1940, novas indústrias haviam se instalado ao longo da cidade. Muito se deve pelos incentivos do “Plano de Reerguimento Econômico” do Vale do Paraíba, no Governo Adhemar de Barros, que além de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região, também pretendia descentralizar as indústrias da capital paulista. Uma das primeiras ações foi a instalação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em 1947.

Com o surgimento de novos medicamentos, a partir da década de 1940, a diminuição do número de mortes causadas pela tuberculose caiu consideravelmente. Sousa & Soares (2002) aponta que “a estrutura de isolamento sanatorial começa a ser desmontada e esses espaços passam a ser valorizados e disputados pelo mercado imobiliário”.

Na contramão do discurso de modernidade, a doença que antes fora tratada como argumento para o desenvolvimento da cidade, se tornou opaca diante do novo discurso do crescimento econômico. Era preciso esquecer o passado sanatorial. Empresas como o CTA, o INPE e a Embraer enalteciam um futuro de modernidade e industrialização. De Almeida (1998) argumenta que São José dos Campos, na metade do século XX corou o presente, contestando o passado:

Os novos planos urbanísticos da cidade passaram a ter como princípio o acolhimento não mais de doentes, mas de indústrias e empresários a fim de investir no município. Atendendo às demandas desse novo empreendimento, a paisagem joseense se remodelou para adequar a cidade às novas iniciativas. A partir de 1960, o conceito da cidade que vivia da doença passou a mudar. Esquecer o passado sanatorial e apagá-lo no desenho da cidade passou a fazer parte da política municipal. Em função dessa demanda de constante re-construção, a cidade de São José se fez sanatorial e, da mesma forma, se tornou industrial. O sentido dessas identidades ou dessas narrativas da sociedade joseense só pode ser conferido pela história da cidade (DE ALMEIDA, 1998, p. 14).

“O bucolismo da cidade transformara-se em fumaça. O azul do céu ficara cinzento, e um cheiro forte descia estonteando o povo. A fisionomia de São José dos Campos se transformava e o progresso vinha com rapidez impressionante” (DE TOLEDO CESCO, 1992 p. 140).

RESIDÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: O POUCO QUE AINDA RESTOU DO PASSADO SANATORIAL

Observou-se, portanto, que ao longo de sua história, São José dos Campos foi promovendo o silenciamento de seu passado. Seja por conta da sua condição natural indígena, pelo imperialismo dominante português, pela

imposição sanitaria da sua elite médica, pelos tempos de ditadura militar, pela gradativa diminuição das suas indústrias e quem sabe quais serão as próximas condições impostas pelo capitalismo? A todo tempo, nos deparamos com a memória sendo apagada.

Também Chuster (2010) valeu-se dos pensamentos do filósofo alemão Friedrich Wilhelm Nietzsche ao se apoiar no conceito de que a construção e a manutenção da identidade está baseada na memória e no esquecimento:

Não se constrói identidades sem memória. A memória pode ratificar ou retificar uma identidade. Sem memória de si, a identidade não tem fundamentos para se comportar no grupo. Sem memória de si, não é possível identificar nem tão pouco diferenciar. Isso significa que a memória não é um atributo ou capacidade isolada de um indivíduo, mas uma construção social (CHUSTER, 2010 apud NIETZSCHE, 2005, p. 148).

Assim, a identidade de cidade industrial superou a antiga identidade de cidade sanatorial que aos poucos, foi sendo esquecida. De Almeida (2008) entende que a “resignificação” da cidade joesense adquiriu uma nova vocação: de estância climática para uma cidade industrial e tecnológica, cujo objetivo seria apagar a memória daquela cidade que tratava de doentes com tuberculose. Sobre esta questão, a autora constatou em suas pesquisas, que de fato, “manter a imagem de uma cidade industrial, tecnológica e espacial é mais confortável que a de uma cidade atrelada à doença” (DE ALMEIDA, 2008, p. 191).

Portanto, as clínicas, residências e edificações – que eram ocupadas pelos médicos e doentes – perderam a sua importância, uma vez que já não eram mais necessárias. E como consequência, algumas dessas edificações ou foram ocupadas para outras finalidades ou foram demolidas – por serem consideradas ultrapassadas – servindo como espaço para novos empreendimentos imobiliários. Como exemplo, podemos citar a demolição do sanatório Ezra, que manteve suas atividades durante o período de 1936 a 1966. Em 1969 foi desapropriado pela prefeitura e em 1971 foi transformado no primeiro parque público de São José dos Campos. Evidencia-se, deste modo, o interesse em reforçar a vocação aeroespacial, uma vez que o parque recebeu o nome do avião Santos Dumont.

A inserção de novas dinâmicas econômicas e sociais vão interferindo no processo cultural da cidade, impondo e alterando seus sentidos e significações, transformando, com o tempo, o próprio espaço que se vive. Se o que foi significativo para determinada sociedade, em determinado período, não for preservado, fatalmente perderá sentido para novas gerações. Assim, outros significados vão sendo inseridos na cultura e na memória daquela sociedade.

De acordo com Kojio (2009), o centro da cidade, que antes abrigava as residências da elite joesense, se viu diante de um grande aumento populacional, que passou a receber os menos favorecidos e um grande número de lojas comerciais, órgãos públicos e espaços de lazer.

Kojio et al (2008) aponta que quanto mais as elites se afastam da região central em busca de novos bairros, mais o centro vai perdendo a sua importância enquanto espaço social, seja de compras, seja para o lazer:

Na década de 1980, com a chegada dos grandes empreendimentos comerciais e shoppings, a população mais abastada se redirecionou, tornando o centro decadente, o que nos anos posteriores levou as políticas governamentais a se voltarem para a revitalização dessa área, principalmente pela necessidade de aquecimento do comércio local (KOJIO, 2008, p.112).

Com o intuito de reorganizar a cidade, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PMSJC, 1971) orientou a função da região central como sendo de atividades predominantemente comerciais. Deste modo, Kojio et al (2008) apontam que:

Com esse novo direcionamento e com a ampliação do mercado imobiliário, o centro antigo, transformou-se em um pólo principalmente de atração comercial e com esse avanço do setor comercial sobrepujando as moradias que ainda resistiam nessa região central, com a expulsão de grande parte de seus moradores para regiões periféricas e com a aceleração do processo de valorização diferencial das localizações urbanas, novas aéreas residenciais e equipamentos sociais foram criados (KOJIO, 2008, p.115).

Para Halbwachs (1990), uma sociedade reconhece o espaço urbano e este se torna importante por meio dos seus significados, na medida em que colabora na construção de uma identidade coletiva. Este fato, justifica a necessidade de preservação e manutenção de elementos urbanos como marcos referenciais da memória da cidade. E mesmo que sofram novas transformações de uso, podem ainda assim ser reconhecidos como a apropriação de um novo sentido. Uma das formas de manutenção da cultura e da memória coletiva é por meio de políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural. Muito embora as Atas das primeiras reuniões do COMPHAC⁵ informam acerca da preocupação com a inserção do patrimônio no planejamento da cidade e da necessidade de participação popular para a preservação, os bens foram e ainda são preservados a partir de sua valorização como bens arquitetônicos relevantes ou antigos, na medida em que o município não conta com um instrumento básico que oriente o planejamento conforme os bens identificados como importantes legados da sociedade joesense.

Além de receber forte influência por parte dos interesses econômicos e da especulação imobiliária – que acabam interferindo na preservação de bens culturais – há que se considerar que São José dos Campos ainda não tem maturidade na preservação do seu patrimônio e quando isso acontece, se dá através de grupos não heterogêneos. Kojio et al (2012) ainda acrescenta que:

Construída praticamente a partir de referenciais externos e formada por uma grande população migrante, são poucos os símbolos que remetem ao seu passado ou pelo menos, são poucos os símbolos que a Administração Pública ou a própria população identificam como referência a esse passado. São José dos Campos é também uma

5- Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural - responsável pela aplicação da Legislação de Patrimônio do Município de São José dos Campos e pela aprovação das diretrizes da política de preservação do município.

cidade com forte influência dos interesses econômicos e imobiliários, o que interfere na prática preservacionista (KOJIO, 2012, p. 19).

Seguindo a afirmação do restaurador italiano Cesare Brandi⁶, de que “só se preserva o que se ama, só se ama o que se conhece”, é preciso que a gestão pública promova meios que estimulem o envolvimento de toda a sociedade, de modo que a comunidade possa se interessar pela história local, atribuindo novos significados. Hall (2006) ainda conclui que “as identidades podem inventar tradições ligando passado e presente, em mitos de origem que projetem o presente de volta ao passado”.

Assim como o *flanêur* de Walter Benjamin percorreu as ruas da Paris do século XIX⁷; o *pedestre* de Certeau, que se apropriou do sistema topográfico das cidades⁸; ou até mesmo como o viajante Marco Polo, que na condição de embaixador do imperador tártaro Kublai Khan, percorreu as cidades imaginárias do Extremo Oriente, no século XIV⁹, devemos todos, cidadãos comuns, arquitetos, planejadores urbanos ou gestores públicos nos lançar à cidade, procurar flagrantemente do passado e tentar reavivá-los novamente. Foi este propósito que motivou a presente pesquisa. Pretendeu-se, portanto, deixar registrado o que pouco do que resta das residências da cidade de São José dos Campos, em seu período sanatorial, compreendidas entre 1920 até 1960, independentemente de serem ou não consideradas de valor histórico ou arquitetônico, mas simplesmente pelo fato de serem os únicos (e poucos) representantes de um passado que insiste em ser apagado.

MÉTODO DE PESQUISA

A fim de comprovar o desaparecimento das residências do período sanatorial (1920 a 1960) na região central da cidade de São José dos Campos, SP, em primeira instância, utilizou-se da tecnologia de mapeamento digital desenvolvida pelo Google¹⁰ para detectar as possíveis residências que pudessem pertencer ao período determinado como objeto de estudo.

Depois disso, pesquisas de campo foram realizadas, com a finalidade de verificar a real existência destas edificações nas ruas que haviam sido visitadas remotamente. Foram cinco visitas à região central da cidade, entre os dias 25 de abril e 02, 16, 23 e 30 de maio de 2021, estrategicamente aos domingos (dia de menor fluxo de pedestres e carros).

Com as residências devidamente localizadas, foi solicitado junto ao Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da cidade, as informações referentes ao ano de construção, seu número de matrícula, bem como o nome do primeiro

6- Cesare Brandi é um dos principais nomes da restauração de objetos de arte. Fundamentou o "restauro crítico" nos anos 40 e organizou o Instituto Central de Restauro em Roma, instituição da qual se tornou diretor em 1939.

7- KANG, Jaeho. O espetáculo da modernidade: a crítica da cultura de Walter Benjamin. Novos estudos CEBRAP, n. 84, p. 215-233, 2009.

8- CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

9- CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. Editora Companhia das Letras, 1990.

10- Google Street View é um recurso do Google Maps e do Google Earth que disponibiliza vistas panorâmicas de 360° na horizontal e 290° na vertical e permite que os usuários vejam partes de algumas regiões do mundo ao nível do chão/solo.

proprietário. Assim, esperava-se descobrir se as residências pesquisadas compreendiam de fato, o espaço de tempo proposto pela pesquisa e também se alguma delas teria sido propriedade de algum dos médicos atuantes neste período sanatorial. Por fim, elaborou-se uma tabela (Tabela 1) apresentando as residências pesquisadas, ordenadas de acordo com a cronologia do seu ano de construção, seu número de matrícula de inscrição – conforme configurado no cartório já citado anteriormente –, bem como a sua situação atual quanto ao uso. Para melhor identificação, elaborou-se dois mapas ilustrativos incluindo a imagem de cada uma das residências e sua localização, sendo que um deles apresentava a configuração urbana do ano de 1920 (Figura 2) e outro, demonstrava a evolução urbana da cidade no ano de 1945 (Figura 3). A principal finalidade foi situar as residências pesquisadas e que ainda se encontravam edificadas na região central da cidade.

ENDEREÇO	ANO DE CONSTRUÇÃO ¹¹	NÚMERO MATRÍCULA	LOCALIZAÇÃO NO MAPA	SITUAÇÃO ATUAL
Praça Cônego João Marcondes, 20	1928	208.824	01	Ocupação comercial. Tombado pelo COMPHAC ¹²
Rua Cap. Roberto Ferreira Maldos, 163	1931	66.602	02	Ocupação residencial
Rua Dolzani Ricardo, 82	1941	105.667	03	Ocupação comercial
Rua Francisco Rafael, 14	1944	33.958	04	Ocupação comercial
Rua Sebastião Humel, 439	1945	125.244	05	Ocupação comercial. Tombado pelo COMPHAC ¹³
Rua Sebastião Humel, 377	1946	116.004	06	Ocupação comercial. Descaracterizado.
Rua Francisco Rafael, 131	1948	11.245	07	Ocupação comercial
Rua Humaitá, 434	1948	106.004	08	Ocupação comercial
Rua Carvalho de Araujo, 168	1951	88.149	09	Ocupação residencial
Rua Rui Barbosa, 49	1951	11.251	10	Demolido
Rua Carvalho de Araujo, 321	1953	193.321	11	Ocupação residencial
Avenida Dr. Nelson D'Ávila, 508	1953	29.567	12	Demolido
Avenida Dr. Nelson D'Ávila, 363	1957	212.213	13	Ocupação comercial. Tombado pelo COMPHAC ¹⁴
Rua Dolzani Ricardo, 58	1958	57.730	14	Ocupação comercial
Avenida Dr. Mário Galvão, 114	1959	138.748	15	Demolido
Rua Carvalho de Araujo, 86/102	Não identificado		16	Ocupação residencial
Praça Presidente Kennedy, 88	Não identificado. Primeira década do século XX.		17	Ocupação comercial. Tombado pelo COMPHAC ¹⁵

Tabela 1: Relação dos imóveis residenciais, construídos na região central da cidade de São José dos Campos, SP entre as décadas de 1920 a 1960. Levantamento feito pelo autor, de 25 de abril a 30 de maio de 2021. Fonte: 1º Cartório de Registro de Imóveis de S. J. Campos, SP

11- Anos aproximados de acordo com o primeiro número de matrícula fornecidos pelo 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos, conforme protocolo nº 736010 emitido em 02 de junho de 2021.

12- COMPHAC, conforme Lei nº 6718/04 categoria EP-2.

13- COMPHAC, conforme Lei nº 6720/04 categoria EP-2.

14- COMPHAC, conforme Lei nº 6719/04 categoria EP-2.

15- COMPHAC, conforme Lei nº 9160/14 categoria EP-2.



Figura 2: Imagem ilustrativa da evolução da área central da cidade de São José dos Campos, SP, no período de 1920, incluindo as residências que ainda não foram demolidas. Desenvolvido pelo autor. Fonte: adaptado de Sousa & Soares (2002, p. 44).



Figura 3: Imagem ilustrativa da evolução da área central da cidade de São José dos Campos, SP, no período de 1945, incluindo as residências que ainda não foram demolidas. Desenvolvido pelo autor. Fonte: adaptado de Sousa & Soares (2002, p. 81).

ANÁLISE CONCLUSIVA

Infelizmente, não foi possível obter informações acerca dos primeiros moradores das residências pesquisadas. Além disso, a pesquisa conseguiu identificar apenas 17 residências da fase sanatorial de São José dos Campos, SP, sendo que apenas 04 fazem parte do período inicial (1920). Também poucas foram consideradas como valor histórico, sendo que apenas 4 residências foram tombadas pelo Patrimônio Histórico da cidade (nº 1, 5, 13 e 17). Embora as residências nº 2, 4, 7, 8, 9, 11 e 14 apresentem razoável estado de conservação, não há nenhuma garantia de que se possa assegurar sua integridade por muito tempo, principalmente aquelas que são utilizadas para o comércio. Prova disso é que do início da presente pesquisa (março de 2021) até a sua conclusão final (junho de 2021), 3 residências haviam sido demolidas (nº 10, 12 e 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao assumir as características de *flanêur* de Walter Benjamin ou um *pedestre* de Certeau, e percorrer as ruas do centro da minha cidade natal, percebi que São José dos Campos, não tem nada de “invisível”, como as cidades de Calvino. Cada rua se configura como uma tentativa de acompanhar a modernidade da nova identidade joseense. Mas o centro – que não tem muita coisa de histórico – não se envergonha de deixar bem claro ainda o seu desejo de apagamento. Haja visto a quantidade de espaços sendo demolidos, outros tantos à venda ou para locação, ou ainda, como demonstrado na Tabela 1 e na Figura 2 e 3, a pequena presença do que ainda sobrou. Talvez até seja mais por ignorância do seu passado, uma vez que a memória de um tempo sanitarista quase que não se reconhece no espaço urbano, a não ser pelo nome das suas ruas, condecoradas com diversos médicos dessa época. Quase que como um alerta, este presente estudo teve a intenção de apenas lançar um olhar para as moradias que ainda sobrevivem no passado sanatorial da cidade de São José dos Campos, SP e de alguma forma, tentar resgatar a memória de um tempo em que viver no centro, significava *status*.

REFERÊNCIAS

ALENDES, Isabel; MACIEL, Lidiane. Ensaio sobre os discursos identitários-imagéticos de São José dos Campos (SP): da fase sanatorial ao polo tecnológico. *Temporalidades*, v. 12, n. 3, p. 668-689, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

BITTENCOURT, Tania M. M. *Arquitetura Sanatorial São José dos Campos*. São José dos Campos: Unida Artes Gráficas e Editora, 1998.

BONDESAN, Altino. *São José em Quatro Tempos*. São Paulo: Ed. Bentivegna, 1967.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Editora Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, De. Michel. *A invenção do cotidiano*, v. 2, p. 14-29, 1994.

CHUSTER, Vitor. Zoneamento e Urbanização na Cidade de São José dos Campos na fase Sanatorial. *Fase sanatorial de São José dos Campos: espaço e doença*. São José dos Campos, SP: UniVap, p. 133-162, 2010.

DE ALMEIDA, Gabriel Guido; DUARTE, Geraldo Edson; ZANETTI, Valéria. (2016). *Reminiscências Indígenas da Identidade Piraquara: silêncio da memória e cultura local em São José dos Campos-SP*.

DE ALMEIDA, Valéria Zanetti. (2008). *Cidade e identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares*.

DE TOLEDO CESCO, N. *São José dos Campos: uma visão da fase sanatorial*. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 1992.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 33, p. 127-141, 1997.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KANG, Jaeho. O espetáculo da modernidade: a crítica da cultura de Walter Benjamin. *Novos estudos CEBRAP*, n. 84, p. 215-233, 2009.

KOJIO, Nadia C. D. M.; PAPALI, Maria A.; ZANETTI, Valéria; MANOLESCU, Friedhilde M. K. (2008). *O patrimônio e a revitalização do Centro de São José dos Campos*. São José dos Campos.

KOJIO, Nadia C. D. M. (2009). *Políticas Públicas de Patrimônio em São José dos Campos* (Dissertação de mestrado). Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos.

KOJIO, Nadia C. D. M.; GUIMARÃES, Antonio Carlos M.; PAPALI, Maria A.; ZANETTI, Valéria; DE PAULA, Maria Tereza Dejuste. (2012). Um discurso que se refaz: apagamentos da memória e política de preservação patrimonial na cidade de São José dos Campos, SP. *REDES: Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 75-94.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro et al. O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História*, v. 14, 1997.

SOUSA, Ana Maria Santos; SOARES, Luiz Laerte. *Modernidade e Urbanismo Sanitário - São José dos Campos*. São José dos Campos; Papercrom, 2002. 125p.